

**CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
DE JUREMA – PI****RESOLUÇÃO Nº 001 de 11 de maio de 2015.**

Dispõe sobre a criação da Comissão Especial Eleitoral, encarregada de organizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Jurema -PI, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal nº 067/2005 (que dispõe sobre o Conselho Tutelar) e no seu Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão Especial Eleitoral, encarregada de organizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Jurema - PI.

Art. 2º. A Comissão Especial Eleitoral será composta pelos seguintes conselheiros<sup>1</sup>:

- Jesuito Gomes Ribeiro**, representante do Poder Público;
- Maria Aparecida Pereira da Silva**, representante do Poder Público;
- Rodrigo da Silva Oliveira**, representante da Sociedade Civil;
- Rosângela Serqueira da Silva Rocha**, representante da Sociedade Civil.

§ 1º. Cabe à Comissão Especial Eleitoral, pelo voto da maioria de seus membros, eleger seu coordenador.

§ 2º. Não havendo definição por este critério, a Comissão Especial Eleitoral será coordenada pelo Conselheiro mais antigo, dentre seus integrantes e, em caso de empate, o de maior idade.

Art. 3º. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

I - Conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cumprindo o disposto no Edital nº 001/2015, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e demais normas aplicáveis;

II - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de registro e impugnação de candidaturas e outros incidentes ocorridos na realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

III - Dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos;

IV - Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;

V - Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

VI - Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

VII - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados para o processo eleitoral, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

VIII - Escolher e divulgar os locais de votação e apuração dos votos;

IX - Realizar, com apoio do Poder Executivo municipal, as gestões necessárias à obtenção de urnas eletrônicas e listas de eleitores, efetuando todo planejamento necessário para que sejam cumpridos os prazos estabelecidos, inclusive pela Resolução nº 22.685/2007 do TSE;

X - Providenciar a confecção das células para votação manual, conforme modelo a ser aprovado;

XI - Adotar todas as providências necessárias para a realização do pleito, podendo, para tanto, selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos

municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

XII - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

XIII - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

XIV - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

XV - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

XVI - Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

XVII - Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores;

XVIII - Resolver os casos omissos.

Art. 4º. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer à Comissão Especial Eleitoral assessoria técnica (inclusive jurídica) necessária ao regular desempenho de suas atribuições.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jurema - PI, 11 de maio de 2015.

*Conceição Valéria Silva Soares*  
**Conceição Valéria Silva Soares**

**Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

**Estado do Piauí**

**PODER EXECUTIVO  
GABINETE DO PREFEITO**

**EXTRATO DE CONTRATO**

<b>CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 44/2015</b>
<b>CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO PIAUÍ – PI.</b>
<b>CONTRATADO: SANDRA MARIA SOUSA DOS SANTOS SILVA, CPF nº. 027.890.883-73</b>
<b>OBJETO: O CONTRATADO TRABALHARÁ PARA O CONTRATANTE NA FUNÇÃO DE MONITORA DE TRANSPORTE DE ALUNOS DESIGNADO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.</b>
<b>FUNTE DE RECURSOS: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.</b>
<b>VALOR SALÁRIO BRUTO: R\$ 788,00 (SETECENTOS E OITENTA E OITO REAIS)</b>
<b>PRAZO DE VIGÊNCIA: O PRESENTE CONTRATO TERÁ VALIDADE ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2015, CONSIDERADO RENOVADO POR IGUAL PERÍODO, AUTOMATICAMENTE, CASO NENHUMA DAS PARTES MANIFESTE-SE EM CONTRÁRIO COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE TRINTA DIAS.</b>
<b>DATA DA ASSINATURA: 06 DE MAIO DE 2015.</b>